

**CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE**  
**CONHECIMENTOS GERAIS**  
**LÍNGUA PORTUGUESA**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Identificação de informações pontuais no texto.
2. Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
3. Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
4. Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
5. Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
6. A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
7. Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).

**BIBLIOGRAFIA**

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/manual.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

## LEGISLAÇÃO

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
2. Procedimentos e Processos Administrativos.
3. Ética no Serviço Público.
4. Normas Constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico - administrativos em Educação (PCCTAE).
6. Estrutura jurídica, princípios, objetivos e organização da Universidade Federal de Alfenas.
7. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.

### BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. (artigos 312 a 327).

ESTATUTO DA UNIFAL. Resolução 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG.

Disponível em: <http://www.unifal->

[mg.edu.br/secretariageral/files/file/Conselho\\_Superior/2007/Novo\\_Estatuto\\_da\\_UNIFAL-MG\\_recomendado\\_pelo\\_MEC\\_0.pdf](http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Conselho_Superior/2007/Novo_Estatuto_da_UNIFAL-MG_recomendado_pelo_MEC_0.pdf). Acesso em 09 de outubro de 2017.

## **NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA** **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows).
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, OpenOffice -Writer ou Google – Docs).
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS - Excel, OpenOffice- Calc ou Google - Docs).
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google - Chrome ou Mozilla – Firefox).
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS - Outlook Express, Mozilla - Thunderbird, Yahoo! Mail, Google - Gmail ou Microsoft - Hotmail).
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.) acesso a sites seguros, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Programa.

### **BIBLIOGRAFIA**

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Princípios éticos nas relações de trabalho.
2. Princípios de humanização no atendimento em saúde.
3. Comunicação nas relações interpessoais em saúde.
4. Limpeza e desinfecção de material e ambiente.
5. Noções básicas sobre resíduos de serviços de saúde.
6. Orientações para promoção e prevenção de saúde: dengue, raiva, diabetes mellitus, hipertensão arterial.
7. Orientações em campanhas preventivas: imunização, aleitamento materno, infecções sexualmente transmissíveis.
8. Normas de redação de correspondência oficial.
9. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.
10. Improbidade administrativa.
11. Administração Pública, Órgãos Públicos, Administração Pública Indireta e Autarquias.
12. Licitações e Contratos Públicos: princípios, conceitos, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade.
13. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
14. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
15. Da administração pública: disposições gerais e dos servidores públicos.
16. Ética no Serviço Público.
17. Disposições que norteiam o Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas.

### BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 19 a 63. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual\\_gerenciamento\\_residuos.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. p. 436 a 455 e p. 654 a 683. Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/guia-de-vigilancia-em-saude-2016>

BRASIL. Agência. Brasília: **Anvisa**, 2010. 116 p. Disponível em: [http://www.saude.mt.gov.br/portal/control-e-infeccoes/documento/doc/manual\\_limpeza\\_e\\_desinfeccao\\_de\\_superf%C3%ADcies\\_2010\\_anvisa.pdf](http://www.saude.mt.gov.br/portal/control-e-infeccoes/documento/doc/manual_limpeza_e_desinfeccao_de_superf%C3%ADcies_2010_anvisa.pdf)

Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização - SOBECC. **Práticas Recomendadas SOBECC/Sociedade Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização**. 6. ed. São Paulo: SOBECC, 2013.

FORTES, P. A. de C. **Ética e Saúde**: questões éticas, deontológicas e legais, tomada de decisões, autonomia e direitos do paciente. 5º reimpressão. São Paulo: EPU, 2010.

BRASIL. O HumanizaSUS na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. 40 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. HumanizaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização. PHN**. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [www.saude.gov.br/sas](http://www.saude.gov.br/sas).

BRASIL. Saúde e Trabalho/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Fábio Hebert, Maria Elizabeth Barros de Barros, Rafael Silveira Gomes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 16p. :il- (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

SILVA, M. J. P. da. **Comunicação tem remédio**: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 8. ed. Ed. Loyola, São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 36 – estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica – DIABETES MELLITUS**. Brasília: 2013 (Páginas 17 a 29 – Parte 1 e Parte 2).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 37 - estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica – HIPERTENSÃO SISTÊMICA**. Brasília: 2013 (Páginas 17 a 24 – parte 1; páginas 81 a 102 – parte 4 e parte 5).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (páginas 12 a 22 – parte 1 e parte 2).

PROJETO de inclusão social e desenvolvimento comunitário. **Promoção da amamentação e alimentação complementar**.

Disponível em: [http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-download\\_file.php?fileId=733](http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-download_file.php?fileId=733)

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS) Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Santa Catarina: 2006. Disponível em: [http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/manuais\\_cartilhas/Cartilha\\_de\\_DST.pdf](http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/manuais_cartilhas/Cartilha_de_DST.pdf)

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - **Cartilha A3P** - Ministério do Meio Ambiente

Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf) .

BRASIL. **Lei nº 8.429, de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. Capítulo II ao V. 2. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 407 p., 24 cm. ISBN 9788537510995 (broch.).

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Da Administração Pública, art.37 a 38; Dos Servidores Públicos, art.39 a 41.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG.

Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/?q=regimentogeral>. Acesso em 09 de outubro de 2017.